

Avaliar o conhecimento dos estudantes do início do 1º semestre de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre os princípios e funcionamento do SUS, na disciplina de Introdução à Atenção Primária (IAP), de forma a melhorar e adequar o ensino da disciplina com as informações obtidas. Metodologia: Foram aplicados questionários aos alunos no primeiro dia de aula da disciplina IAP nos semestres 2017-2 e 2018-1, anonimamente, voluntária, com perguntas objetivas dicotômicas e de múltipla escolha. Resultados: Foram 116 participantes. 47,4% responderam corretamente sobre quais os profissionais imprescindíveis para a formação de uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF). Erraram 49,1% ao não assinalar a alternativa “diagnosticar e tratar doenças” na questão relacionada às atribuições de uma ESF e 58,6% ao não escolher a assertiva “coordenação da atenção” na questão sobre princípios da atenção primária à saúde. Ao ser questionado se já havia utilizado o serviço assistencial do SUS, apenas 68,1% responderam que sim. Referente a priorização do orçamento público, 53,4% priorizaram postos de saúde. Conclusões: Conclui-se que os participantes desconhecem informações básicas do SUS e da APS, quais são os serviços prestados, as funções e os profissionais obrigatórios para uma equipe da ESF. Assim, a disciplina de IAP, ao se propor a explicar e discutir os princípios e funcionamento do SUS é essencial para formar estudantes e profissionais que sejam capazes de orientar os usuários da saúde pública brasileira.

BIOÉTICA

eP2149

O perfil do doador de órgãos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Guilherme Coelho da Silva; Paulo Roberto Antonaccio Carvalho
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução: A doação de órgãos é um ato pelo qual manifestamos a vontade de doar uma ou mais partes do nosso corpo para ajudar no tratamento de outras pessoas. A doação pode ser de órgãos (rim, fígado, coração, pâncreas e pulmão) ou de tecidos (córnea, pele, ossos, válvulas cardíacas, medula óssea). Para a doação de órgãos de pessoas falecidas, isso ocorre somente após a confirmação do diagnóstico de morte encefálica (ME). Objetivo: Traçar o perfil clínico e demográfico do potencial doador de órgãos de hospital universitário de referência no sul do Brasil. Método: Foi realizado um estudo retrospectivo que descreve cada óbito por ME no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) entre os anos de 2014 e 2018. A coleta de dados foi realizada por meio de consulta aos formulários utilizados na certificação do diagnóstico de morte encefálica, arquivados na CIHDOTT (Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante). As variáveis analisadas foram: idade, sexo, etnia, causa da ME, doadores efetivos de órgãos, motivos da recusa familiar para doação, contraindicações médicas, número de órgãos e tecidos captados e número de órgãos e tecidos transplantados de fato. Resultados: Foram registradas 165 ME (2,13% do total de mortes do hospital), caracterizando os potenciais doadores, entre 2014 e 2018 no HCPA. Dos 35,7% de doadores efetivos, obteve-se uma mediana de idade de 59 anos (IIQ: 49,5-66). Na distribuição por sexo, mulheres somaram 57,7%. Brancos somaram 70% dos óbitos. A causa de morte mais recorrente foi o Acidente Vascular Cerebral (AVC), com 80,6%. Os órgãos mais captados foram os rins e o fígado, somando respectivamente 53 e 41. Houve uma discrepância acentuada entre os órgãos captados e os efetivamente transplantados. Conclusão: O perfil do doador de órgãos do HCPA é paciente do sexo feminino, com mediana de idade de 59 anos cuja causa da morte foi AVC.

eP2490

Sistemas de informação, tecnologia e comunicação e os registros na área da saúde: aspectos bioéticos

Larissa Gussatschenko Caballero; Rafael Leal Zimmer; Márcia Santana Fernandes
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: Sistemas de Informação, Tecnologia e Comunicação, em particular, os registros na área da saúde são relevantes para verificar o histórico de pacientes, comprovar atos administrativos, jurídicos, bem como questões históricas ou culturais. O desafio posto para as instituições de saúde de maior complexidade é potencializado quando agregada às funções assistências existe a possibilidade de se realizar pesquisas clínicas a partir dos dados obtidos desses pacientes. A Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, teve como objetivo atualizar os aspectos éticos envolvendo pesquisas com seres humanos e assim assegurar questões de preservação dos direitos fundamentais desses indivíduos. Objetivo: Identificar e avaliar os registros provenientes de pesquisas clínicas postos nos sistemas corporativos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), no período de 2014 a 2016. Métodos: Estudo aprovado sob o nº CAAE 68871617.8.0000.5327 de desenvolvimento institucional, com abordagem de análise quantitativa e qualitativa, utilizando informações não individualizadas dos sistemas corporativos do HCPA. Resultados: A partir dos dados dos sistemas corporativos da instituição referida foi possível identificar que no período supracitado, 320 dos projetos selecionados possuem registro de participantes de pesquisa. Na comparação entre os projetos que continham relatório de pesquisa, 188 projetos apresentaram correlação das informações entre os sistemas de registro da inclusão de participantes utilizados pelo HCPA. A análise aprofundada do encaminhamento de relatórios de atualização dos projetos identifica que 25,6% do total de relatórios de pesquisa encaminhados apresentam informações quanto aos seus produtos de pesquisa e que o maior número proporcional (75,4%) corresponde a pesquisas patrocinadas. Conclusão: Constatou-se que a instituição com suas políticas de gestão de pesquisas e de segurança do paciente visa assegurar as boas práticas na pesquisa clínica, contudo, foi identificado como frágil os registros gerados pelos relatórios de pesquisas clínicas no que diz respeito à concordância das informações disponibilizada pelos pesquisadores nos sistemas corporativos. Esses dados ganham relevância ao identificarmos que o sistema de registro do prontuário eletrônico é a única fonte de informações sobre a participação do paciente em procedimentos de pesquisa, não sendo acessados ou identificados pela equipe de cuidados clínicos em nenhum outro sistema específico.